Estática e dinâmica sociais, democracia e liberdades

Quando a sociologia se voltou a encontrar com a Europa, depois da segunda grande guerra, o padrão epistemológico era o estrutural-funcionalismo, que tinha sucedido ao positivismo como quadro de referência. O marxismo, entretanto, teve a sua emergência útil na contestação da sociologia imperialista norte-americana, centrada no desenvolvimento de sentido único, sendo o modelo mais avançado os EUA, com quem todos deveriam cooperar, se quisessem manter o rumo e recolher os benefícios da modernidade capitalista (em contraponto à modernização comunista, no quadro da qual a sociologia não tinha cabimento por falta de compromisso ideológico com o determinismo histórico que previa a vitória do comunismo ao superar o capitalismo, assim a libertação de cada país sob o jugo imperialista norte-americano se desse).

A sociologia é um fenómeno cognitivo ocidental recente. Susceptível às conjunturas, nomeadamente na Europa, à proximidade da União Soviética e à necessidade de oferecer aos trabalhadores condições de partilha dos recursos disponíveis de modo a mantê-los na aliança de nações não comunistas. Mas também à oportunidade oferecida pelos EUA, através do plano Marshall, de reconstrução da Europa arrasada por duas guerras mundiais a partir do modelo de desenvolvimento norte-americano, organizado pelas grandes empresas norte-americanas e pelo programa de desenvolvimento com base no petróleo barato e nos transportes individuais. Na prática, isso resultou numa mútua influência entre o estrutural-funcionalismo e o marxismo, a ponto de fusão entre as correntes weberianas e neo-marxistas no seio da teoria social, com menorização do prestígio das perspectivas durkheimianas – o que corresponde também a uma perda paulatina de influência política da França relativamente à Alemanha.

Acompanhando a cultura contestária da época de transição entre os trinta anos de crescimento económico e as décadas que hoje se chamam do neoliberalismo, tal como os movimentos sociais fundados então, também a sociologia se interessou sobretudo pelos costumes e manteve tabu sobre as ideologias, com o pretexto de que a ciência não é ideológica. A política, sabemo-lo hoje melhor que nos anos sessenta e setenta, estava a constituir-se como um campo de acção cada vez mais separado e afastado da sociedade e cada vez mais aliado da economia, ela própria sujeita a um processo de diferenciação dos mais bem conseguidos em modernidade – a privacidade da actividades económicas com base na protecção da propriedade privada, hoje contestada pelos movimentos sociais a favor da transparência mas ignorada pelos organismos de regulação que deveriam ser garantias de que uma crise como a financeira de 2008 não aconteceria. Como nos anos sessenta, Michael Borawoy (??) tem esperança que seja a sociedade assim diferenciada a ser capaz de resgatar para as sociedades modernas e o mundo uma esperança de futuro que se vai perdendo, desde o virar do século. E que sociologia possa ser sua porta-voz através da Sociologia Pública: a racionalidade de base científica a influenciar, inspirar e fazer inflectir a opinião pública e as políticas. O problema desta proposta é que ao reconhecer reforça a diferenciação entre as clássicas dimensões sociais – política, economia, cultura e prestígio – o que torna mais difícil que alguma coisa que ocorra em sociedade influencie as outras esferas referidas. Como disse Peter Oborne (200??), a propósito de Inglaterra mas que aqui estendemos a todo o mundo, desde o século XVI que não se conheciam tantos e tão profundos privilégios de grupos ancorados no aparelho de Estado ao serviço dos potentados económicos.

A sociologia da cultura e o culturalismo tiveram um forte impacto no campo da sociologia. Os problemas estratégicos foram ignorados ou, melhor dito, alvo de uma fixação dogmática a favor das políticas social-democratas de conciliação institucionalizada das lutas de classe. Com a implosão da União Soviética e a emergência da superpotência única, a social-democracia teve a sua década de maior prestígio – muitos países ex-soviéticos entraram na União Europeia e muitos políticos comunistas disseram-se partidários da social-democracia, incluindo Gorbatchov, o último secretário-geral do extinto Partido Comunista da União Soviética. A crise financeira global, declarada em 2008, e a sua transformação em crise social (na verdade, crise geral, embora apenas pressentida e não compreendida) perturbaram o trabalho normal das ciências sociais, sugerindo a necessidade de encontrar novas formas de orientar os trabalhos das ciências sociais, numa época em que a contradição central reconhecida é entre as teorias subsidiárias do estrutural-funcionalismo (actualizadas com contribuições neo-marxistas) e a dispersão pós-moderna (de alguma forma similar à contradição entre os chamados analistas-simbólicos, dispersivos e contraditórios entre si, e a proposta estrutural-funcionalista de padronizar a epistemologia da sociologia). Se as infraestruturas de regulação dos mercados fracassaram e foram as sociedades que foram chamadas a pagar – através de políticas discriminatórias (contra os PIGS – acrónimo dos países do Sul da Europa que foram escolhidos para serem penalizados pelos mercados, cujos interesses foram firmemente defendidos pela Alemanha –, contra os mais desfavorecidos, através de aumentos da exclusão social, e contra a classe média, através da derrogação do valor dos contratos de trabalho e do sentido, já fragilizado, de carreira profissional em função do mérito) – compreende-se que a velha ideia comunista de levantar e unir a força dos famintos possa vir à mente. Mas está longe de se adequar às actuais circunstâncias observadas: são as pessoas que mantém alguns recursos disponíveis quem se levantou em massa para contestar a situação, nomeadamente quem viu as suas perspectivas de futuro profissional destruídas, ou as dos seus filhos, enquanto os sindicatos e os partidos operários parecem incapazes – apesar da evidente irritação – de ter alguma influência no rumo dos acontecimentos. Até as associações de reformados, através do apoio do Tribunal Constitucional, podem ser mais eficazes na sua acção do que as greves gerais.

Está provavelmente no tempo próprio de reavivar o sentido crítico dos caminhos já percorridos pelas ciências sociais e revisitar ideologias e valores, como a liberdade e a democracia, actualmente em crise mas, pelo menos por enquanto, defendidas pela maioria da população. O trabalho centrípeto que tem subdividido as actividades dos cientistas sociais em ilhas e ilhéus isolados entre si (Lahire, 2012:??) e isolados da ciência (sem outros adjectivos) poderia ser substituído por trabalho centrífugo, de abertura ao que se passa no mundo, a partir dos conhecimentos adquiridos sub-disciplinar e especializadamente. Onde as ciências da sociedade não encontram matéria para trabalhar, trabalhem com energias. Onde encontrem dimensões sociais estabelecidas conjunturalmente, ainda que estruturadas, não percam de vista que as dinâmicas de diferenciação são históricas e regularmente se reconfiguram, depois de se rebaterem entre si, sendo as pessoas frequentemente mobilizadas contra si mesmas nestes processos complexos e praticamente excluídos da análise social – apenas a história se dedica, de maneira especializada e sistemática, ao seu estudo. Questionar a nossa própria concepção do que sejam níveis de realidade (não apenas desenhados pelo poder, mas também pela biologia e pelas nossas representações filtradas através dos suportes de comunicação) e de como pensar as dimensões sociais de modo a nos ajudarem a pensar as transformações sociais em curso, são duas propostas que retomaremos.

Uma contribuição, que poderá vir da sociologia da violência, por exemplo, será a distinção entre as formas de estruturação social ou de organização de conflitos e as formas de luta social ou violência institucionalmente desenquadrada. Sendo que, de momento, o estudo dos melhores autores deste campo mostra que a sociologia se interessa pela violência desenquadrada como se esta fosse independente da violência institucional. Como se uma fizesse sentido ou pudesse existir sem a outra. Como se a especialização em sociologia da violência fosse um projecto centrípeto de fazer sociologia que não incomode os poderes estabelecidos em vez de um projecto centrífugo, incluindo um debate ideológico necessário, por exemplo, sobre as formas de prevenção da violência, de que estes autores mostram estar desinformados.

Em Marx é evidente haver duas linguagens sem articulação entre si, a saber, a distinção entre infraestrutura e superestrutura e a referência à luta de classes como o motor da história, cujo fim, portanto, seria alcançado com a sociedade sem classes. Esta contradição entre um campo estruturado em que uma superestrutura se separa da vida quotidiana, da produção, da natureza, dos verdadeiros problemas, pode descrever bem alguns dos resultados da diferenciação social em níveis e dimensões de poder, tão apreciados pela teoria social actual. Porém, a luta de classes, quando o poder cai na rua ou quando a contestação social cresce, pode não respeitar os privilégios que se organizam nesses nivelamentos e dimensionamentos das sociedades. Aliás, a ideia de uma sociedade sem classes só pode ser concretizada quando todas as pessoas tenham acesso aos mesmos níveis de sociabilidade e a todas as dimensões sociais, sem privatizações nem privacidades que o impeçam.

Com a experiência da União Soviética, sabemos hoje que não há determinismo nenhum que valha a experiência da vida, que a falta de privacidade é intolerável e a privatização pode ser feita através de organismos públicos. Há, portanto, muito trabalho ideológico para fazer até ser possível aproveitar os ideais de emancipação universal, de origem religiosa e política, para a actualidade. E não se vê como a teoria social possa estar fora desse debate e porque o faria. Pelo contrário: ao constituir-se como ciência centrifuga, isto é, como produtora de saberes localizados com aspirações a serem úteis para a análise da natureza humana, da vida na Terra e até do Cosmos (como a astro-física), deve ter bem presente os debates ideológicos, nomeadamente para explicar porque razão as perspectivas da globalização liberal e democrática, sob os auspícios do direito, e de uma humanidade unida e mutuamente reconhecida, na prática projecta pobreza, exclusão social, guerras, discriminações e desigualdades sociais agravadas. Que natureza é a humana que, apesar da descoberta da racionalidade científica e dos recursos de produção virtual de conhecimentos, através dos livros e da internet, se afunda em problemas radicais, como o aquecimento global, os genocídios, a fome e a sede, a tortura e a humilhação dos mais fracos, incluindo mulheres, crianças e velhos directa e especificamente sob a tutela de pessoas poderosas ou do Estado?

É preciso ideias de esperança para o futuro. E elas estão aí, por exemplo: liberdade (de não trabalhar, sem ser penalizado com a morte ou a indigência); a democracia (política centrada no poder da sedução em vez da sedução da força); a abolição do patriarcalismo (transformação dos exercícios de poder de modo a ser impossível discriminar as mulheres na família, no trabalho, no acesso aos lugares de poder). O que pode ser articulado com propostas de acção social e ideológica como o rendimento básico incondicional (todos temos direito à viver com dignidade e todos precisamos de dar sentido às nossas vidas, independentemente das nossa opções livres de cooperar ou não com seja quem for); como a permacultura hipermoderna ou as tradições dos povos amantes da natureza (substituição das ideologias centradas em compreender as contradições como conflitos a serem dirimidos por lutas arbitradas por Deus – que o vencedor escreva a história e esqueça o derrotado – por ideologias centradas na harmonização das contradições, tanto entre pessoas como entre sociedades humanas e a natureza, de modo a acumular conhecimentos cada vez mais abrangentes e inclusivos); como a justiça transformativa (capitalização do poder judicial para emancipação das mulheres e das crianças do patriarcalismo, em vez da capitalização actual sobretudo em torno da justiça criminal, que reforça, na prática, o patriarcalismo).

A mesma contradição epistemológica pode ser observada na teoria social, quando faz da economia o estudo da infraestrutura e da sociologia o estudo da superestrutura, numa divisão de trabalho que integra e separa toda uma panóplia de ciências sociais e de subdisciplinas dessas ciências, sobretudo incomunicáveis entre si, apesar dos esforços recorrentes e sempre limitados da interdisciplinaridade, resolvidos através da transdisciplinaridade *ah-doc*.

De um lado estabelece-se a incomunicabilidade entre diferentes níveis de realidade – a sociedade que vive para a economia que vive para a política, na versão neoliberal, ou a política que deverá servir a economia que deverá servir a sociedade, na versão humanista. Do outro lado as dinâmicas históricas, os conflitos, as lutas, o condicionamento da acção alheia e as guerras, excluídos da consideração das teorias sociais e remetidos para outras disciplinas – como a história, a ciência política, elas próprias separadas das relações internacionais, da criminologia ou da geografia, por exemplo. De um lado a reprodução social, as instituições estáveis, e do outro a produção social e a evolução da vida e das instituições.